

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
CURSO DE PSICOLOGIA

LUCIANE FONTINELE DE FREITAS

**SEXUALIDADES E GÊNEROS: UMA ANÁLISE SOBRE AS PUBLICAÇÕES DA
REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL**

São Luís
2020

LUCIANE FONTINELE DE FREITAS

**SEXUALIDADES E GÊNEROS: UMA ANÁLISE SOBRE AS PUBLICAÇÕES DA
REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel com Formação de Psicóloga.

Orientador: Prof^a Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara

São Luís
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Freitas, Luciane Fontinele de.

Sexualidades e Gêneros: uma análise sobre as
publicações da revista Psicologia Escolar e Educacional /
Luciane Fontinele de Freitas. - 2020.

44 p.

Orientador(a): Ramon Luís de Santana Alcântara.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Gêneros. 2. Psicologia Escolar e Educacional. 3.
Revista da ABRAPEE. 4. Sexualidades. I. Alcântara, Ramon
Luís de Santana. II. Título.

Luciane Fontinele de Freitas

**SEXUALIDADES E GÊNEROS: UMA ANÁLISE SOBRE AS PUBLICAÇÕES DA
REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL**

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Ramon Luís de Santana Alcântara (Orientador)
Doutor em Políticas Públicas (PGPP-UFMA)
Universidade Federal do Maranhão

Maria Áurea Pereira Silva
Doutora em Psicologia como Ciência e Profissão (PUC-Campinas)
Universidade Federal do Maranhão

Rosane de Sousa Miranda
Doutora em Psicologia Social (UFPB/UFRN)
Universidade Federal do Maranhão

Natália Rodvalho Garcia Menescal (suplente)
Doutora em Psicologia Escolar (USP)
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família, que sempre confiou no meu potencial; sempre, sempre e sempre deram todo o suporte necessário para que essa graduação pudesse acontecer. Nesse interim, agradeço a minha mãe, dona Marinalva, que sempre me disse "faça o que é certo, resolva os seus problemas, qualquer coisa nós estamos aqui". A minha luz, sem dúvida, foi ela quem me deu.

Agradeço à Alana Robson, minha namorada, que sempre me deu apoio e companhia quando os fardos eram demais para eu carregar sozinha.

Agradeço aos meus amigos e amigas de percurso Creuziane, Andressa, Loyane, Érica, Anderson, Brenda, Aline, Camila, Wanderson, Thiago, Matheus, Ticyane e demais outros que tornaram os dias mais alegres e os sofrimentos dignos de uma rodada de coisas boas.

Agradeço ao meu orientador Ramon Alcântara que sempre me empoderou, sempre deu forças mesmo que a ideia fosse absurda e sempre acolheu meu sofrimento de menina formanda.

Agradeço à todas as minhas professoras, especialmente as que me apresentaram a Psicologia Escolar e Educacional: Maria Áurea Silva, Natália Menescal, Rosane Miranda e Rosana Figueiredo. A culpa desse trabalho acontecer é um pouco delas. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se propõe mapear as publicações sobre gêneros e sexualidades presentes na Revista Psicologia Escolar e Educacional da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). A pesquisa surge de um questionamento, a respeito da importância dada a essa temática por uma revista com alta representatividade entre profissionais e estudantes que atuam e estudam Psicologia Escolar e Educacional. O objetivo de mapear se estruturou a partir de uma metodologia denominada Estado da Arte onde se categoriza e se analisa as produções após a leitura do material já produzido. Os artigos coletados são provenientes do próprio site da revista e foram selecionados a partir de descritores em torno das temáticas “gêneros” e/ou “sexualidades”. A coleta desses materiais se estendeu desde as primeiras produções da revista em 1996 até 2019. Os resultados obtidos indicaram uma escassez de produções, como também uma ausência de discussões relativas à temática nos anos iniciais da revista. Por fim, concluímos que profissionais e estudantes da Psicologia na Educação precisam desenvolver a pesquisa e a publicação em torno da diversidade sexual e de gênero, de modo a oferecer de maneira mais ampliada as contribuições da área para a problematização da temática no campo educacional.

Palavras-chaves: Gêneros; Sexualidades; Revista da ABRAPEE; Psicologia Escolar e Educacional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2.4.1 Psicologia Escolar e Educacional diante da diversidade de gênero e sexual	18
3. MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA REVISTA DA ABRAPEE	20
3.1 Percurso Metodológico	20
4. ENTRE DIVERSAS AUSÊNCIAS, O QUE SE PUBLICOU SOBRE SEXUALIDADES E GÊNEROS NA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL	24
4.1 Formação de profissionais	24
4.2 Bullying e Homofobia	31
4.3 Deficiência e sexualidade	35
4.4 Habilidades Sociais e diversidade de gênero	36
4.5 Saúde e gênero	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

De início cabe esclarecer que em decorrência da pandemia por COVID-19, essa pesquisa sofreu alterações em sua metodologia e objetivos. Dessa forma o que antes seria uma pesquisa de campo em uma escola pública de São Luís; hoje, levando em consideração as medidas sanitárias, se transformou em uma pesquisa bibliográfica. Inicialmente a execução exigiria contato direto com os estudantes, o que se tornou inviável por conta do distanciamento social necessário no enfrentamento da pandemia. Esta pesquisa ainda tem como objetivo pensar a temática da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar, mas agora com o enfoque na produção de um respeitado periódico em Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, sendo esse um meio possível de dar continuidade à discussão sem necessariamente colocar a saúde da população em risco.

A temática LGBTQ+¹ é, para além de um campo riquíssimo de conhecimentos, um tabu que está presente dentro das instituições as quais fazemos parte. Pesquisar com essa minoria representa uma forma de resistência diante do fundamentalismo e conservadorismo que historicamente tentaram calar e afugentar essas subjetividades e que na atualidade se encontram avançando consideravelmente no sentido de silenciar mais ainda quem por tanto tempo teve sua voz e espaço cerceados. A Psicologia não poderia se esquivar do enfrentamento dessa violência já que sua bandeira ética trata do respeito incondicional às personalidades e a diversidade. É da expertise das psicólogas e dos psicólogos se atentar para o que gera sofrimento, seja no campo individual ou no coletivo, para que assim possamos construir uma Psicologia que caiba a todos e todas.

Os números atualmente levantados por organizações não-governamentais, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), onde Michels e Mott (2018) organizam essas informações há quase quatro décadas, apontam para uma comunidade LGBTQ+ adoecida, com altas taxas de suicídio. Um dado bastante alarmante que esse grupo traz, é que no ano de 2017 uma pessoa LGBTQ+ se suicidou ou foi assassinada a cada 19 horas no Brasil, e essa minoria possui seis vezes mais chances de suicídio do que o grupo heterossexual (GGB, 2018). Diante disso, podemos considerar que estamos nos defrontando com a responsabilidade que uma formação crítica tem para a sociedade no sentido de não perpetuar valores e crenças que fundamentam atitudes de exclusão e, corriqueiramente, de encerramento de vidas. O Brasil, sendo o país que

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (LGBTI+) é uma sigla reduzida do grande grupo LGBTTCQIAPA+ que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Crossdressers, Queer, Intersex, Assexual, Pansexual entre outros.

lidera o ranking de assassinatos da população LGBTQ+ no mundo (GGB, 2019), caminha a passos curtos para a inserção de políticas efetivas voltadas a essa população e conseqüentemente para o exercício da liberdade plena de existir, direito dado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O presente trabalho de conclusão de curso será produzido pela comunidade e para a comunidade, tendo em vista que me insiro nesse grupo de pessoas LGBTQ+ e também já fui vítima de práticas homofóbicas que visavam silenciar, limitar e violentar. Penso também na riqueza que uma produção científica possui sendo ela proposta por quem vive e observa constantemente formas de opressão, podendo assim gerar reflexões em quem se identifica tanto fora quanto dentro da academia. A problemática do enfrentamento surgiu quando me vi sendo uma aluna silenciada por conta de uma orientação sexual que foge à heteronormatividade e as conseqüentes angústias desse processo de recolhimento.

Falar de uma problemática que nos atravessa diariamente nos impulsiona a atravessá-la também, explorá-la, desmistificá-la, torná-la visível. A escola foi escolhida como campo por se tratar de um ambiente rico em relações e aprendizados. É na escola onde demonstramos o que somos e aprendemos (ou deveríamos aprender) a nos relacionar e é lá também onde podemos refletir sobre questões de convivência e respeito, tendo em vista a diversidade ali que é dada. O ambiente escolar também foi escolhido por se tratar do espaço onde violências acontecem, onde discursos problemáticos são perpetuados e onde identidades são subjugadas.

A presente pesquisa também possibilitará o processo de reflexão sobre como o estudante LGBTQ+ se constitui diante do grande obstáculo que se tem que é o discurso, o discurso que é violento, o discurso que é um amolador de facas. Luís Antônio Baptista (1999) em um texto chamado “A atriz, o padre e a psicanalista - os amoladores de faca” faz uma brilhante analogia entre o discurso agressivo e o ato de amolar a faca que mata o LGBTQ+, ou seja, trata da responsabilidade da pessoa que dissemina ódio (de forma mascarada) sobre os constantes casos de violência física, psicológica e moral direcionadas a essa população. Os donos desses discursos se escondem atrás da parede maciça do moralismo e fundamentalismo religioso e se esquivam da competência de sicário que é sua, mesmo que a faca não seja.

A comunidade que historicamente foi alvo de associações a imagens demoníacas e outras atitudes negativas, tem hoje a possibilidade de ser entendida de uma outra forma: da forma humana. Falar da comunidade LGBTQ+ está para além do cumprimento de metas acadêmicas, é aqui compreendida como uma forma de demarcar espaços e de inspirar futuros trabalhos na área.

Pesquisar, publicar, fomentar, discutir sobre tabus, especialmente esse da orientação sexual e identidade de gênero, pode não ter um resultado de forma imediata, mas essa divulgação representa uma pequena revolução. Revolução essa que tem como produto a desmistificação dessa imagem negativa comumente associada a esse grupo e também a possibilidade de ouvir e falar sobre o que se é e suas dificuldades sem as amarras do preconceito que encaixota. É de fundamental importância para a comunidade acadêmica e demais grupos, que seja discutido sobre nossas formas de relação e vivências com o preconceito para que seja pensado em soluções efetivas frente a sofrimentos tão concretos e comuns.

A Psicologia sendo um instrumento de compreensão e acolhimento deve estar a favor, do lado que não exclui e encarcera, mais especificamente, essa ciência não pode ser conivente com o retorno aos armários. Cabe a Psicologia possibilitar a todos e a todas o exercício pleno de sua subjetividade e criar novos instrumentos para que a sociedade absorva que o bem-estar social também inclui a diversidade de gênero e sexualidade, raças, etnias e tantas formas de existir que são tão legítimas quanto qualquer outra. Pensar o sofrimento do presente grupo considerado, de forma sistemática, científica e consistente possibilita à Psicologia um lugar de produção de conhecimentos que podem gerar infinitas possibilidades de continuação de uma luta e de desconstrução de conceitos ultrapassados.

No mais, o presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo não somente mapear as produções da Revista Psicologia Escolar e Educacional sobre as diversidades sexuais e de gênero desde o ano de 1996, como também se propõe a problematizar esta produção na intenção de ter um panorama geral sobre o que os cientistas vêm fazendo sobre a temática LGBTQ+.

2. PSICOLOGIA, SEXUALIDADES E GÊNEROS

2.1 Diversidades e identidades sexuais e de gênero

De início destacamos que o conceito de identidade que melhor estrutura a presente pesquisa, como nos traz Ciampa (1989, p. 64) que a identidade que se configura sendo um reflexo da estrutura social em que se localiza, “reagindo sobre ela, conservando-a e transformando-a”. O mesmo autor discute o conceito de identidade como um “movimento, desenvolvimento do concreto [...] é sermos o um e outro para que cheguemos a ser um, numa infundável transformação” (CIAMPA, 1989, p.74), destacando justamente a construção identitária como fruto de relações cuja manutenção se dá através da história, crenças, normas, interesses e regras de cada sujeito.

Tratando especificamente do debate sobre a diversidade de gênero, a perspectiva aqui adotada se assemelha a de Furlani (2011), sendo esta compreendida como o estudo das masculinidades e feminilidades, rejeitando o determinismo biológico que culturalmente é disseminado. Assume-se que a constituição dos indivíduos se “combinam com outras identidades culturais igualmente importantes [...] que posicionam os sujeitos em identidades plurais, não fixas, efêmeras, temporárias, provisórias” (FURLANI, 2011, p. 60). A discussão sobre gênero, pensando a partir de Louro (2014), carrega em seu corpo diversos elementos das relações de poder socialmente entranhadas no que é ser homem e ser mulher, ou seja, não se trata de um conceito simplista, mas de uma estrutura complexa onde há influência da história, etnia, cultura e demais especificidades de cada pessoa.

Dessa forma, ressaltamos que não fazemos uso da noção de papéis de gênero, onde essa separação serviu para justificar as mais variadas distinções e hierarquizações entre mulheres e homens, sendo esse conceito compreendido a partir de Louro (2014, p. 30) que o traz como “padrões ou regras arbitrarias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar e de se portar”. Acerca da construção do conceito de gênero, temos que:

Teorias foram construídas e utilizadas para provar distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero (LOURO, 2014, p. 49).

Sobre essa compreensão, Louro (2014, p. 45) assinala também, com base em uma perspectiva foucaultiana, que os “gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”

o que traduz cirurgicamente a vivência cotidiana feminina de um não-lugar, não-poder e um não-dever diante da supremacia patriarcal.

Embora as noções de gêneros e de sexualidades possam ser confundidas, buscamos separá-las (não enquadrar) para fins didáticos. A sexualidade, por sua vez, como discutida por Ciribelli e Rasera (2019), está intimamente ligada ao *como* nos relacionamos afetiva e prazerosamente, tendo em vista que até mesmo essa questão que parece tão individual, está encharcada de um contexto cultural e social que dita o que é “certo e errado, apropriado e inapropriado, como o que é digno e o que é indecente” (CIRIBELLI; RASERA, 2019, p. 03).

Sobre as diversidades sexuais, de acordo com Louro (2014) há três eixos fundamentais de serem esclarecidos e diferenciados: 1) identidades sexuais ou orientações sexuais; 2) identidades de gênero; e 3) sexo biológico. Essa estudiosa aponta que as identidades sexuais ou orientações sexuais dizem respeito a como os sujeitos vivenciam sua sexualidade, sendo ela direcionada a pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou mesmo sem parceiros ou parceiras. Acerca da identidade de gênero, essa autora pontua que “os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero” (LOURO, 2014, p. 26). Por fim, o sexo biológico, como o próprio nome sugere, diz da marca biológica (genital) que todo ser humano carrega, cabendo também salientar a existência do mundo intersex (pessoa com formação genital referente aos dois sexos).

Atravessado pela teorização sobre as sexualidades e gêneros, é importante situarmos a respeito de um elemento fundamental dentro do tema, que é a questão do binarismo. Como o próprio nome sugere, refere-se ao que é dual/dicotômico, e dentro do que historicamente compreendemos sobre sexualidades e gêneros, temos forte tendência a classificar e categorizar de modo reduzido. A esse respeito, Pombo (2017, p. 391) discutindo alguns dos grandes teóricos sobre o tema, traz que “existe em nossa cultura uma matriz binária heterossexual que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino, e uma heterossexualidade compulsória e naturalizada”.

Ainda nesse debate, Pombo (2017, p. 391) acrescenta que “gênero, enquanto construção variável do sexo, não se limitaria ao binarismo do sexo. Haveria uma ampla gama de gêneros, de maneiras de interpretar e atribuir significado ao corpo sexuado”.

A sigla LGBTI+ aparece, dentro da discussão das diversidades, como uma forma de agrupar orientações e identidades que fogem à heteronormatividade e assim unir forças no sentido de criar estratégias de enfrentamento ao padrão binário que vigora.

2.2 LGBTfobia

A LGBTfobia se trata de um termo recente pensado pelas comunidades LGBTQ+ em substituição ao termo homofobia, que de certa forma se restringe à uma orientação, quando o LGBTfobia abarca um grupo maior. A LGBTfobia é caracterizada como “qualquer preconceito, aversão, violência, física e verbal aos membros da comunidade LGBT” (GOMES et al., 2018, p. 22).

Meneses et al. (2018) discute, ainda que utilizando o termo homofobia, sobre como a escola reforça algumas práticas de violência sutis como a recusa do nome social ou brincadeiras e piadas que tendem a ridicularizar a população LGBTQ+, nesse sentido podemos pensar que a LGBTfobia se trata de um preconceito às diversidades sexuais e de gênero.

Crochík (1996) discute a questão do preconceito como sendo não inato, ou seja, fruto da relação entre aspectos psíquicos e sociais da formação de cada indivíduo. O mesmo autor aponta para a formação desse conceito:

Dado pela atribuição de características comportamentos julgados inerentes aos objetos, quando não o são, o que o configuraria por uma percepção e por um entendimento distorcidos da realidade (CROCHÍK, 1996, p. 48)

A discriminação, como discute Savazzoni (2015), para além da noção básica de separação ou de estabelecer uma diferença, se trata de uma distorção da percepção sobre sujeitos e essa distorção “passada por gerações, motivou uma espécie de cultura de preconceitos, tornando a discriminação uma prática recorrente” (SAVAZZONI, 2015, p. 41), dessa forma essa noção de discriminação compreende comportamentos que prejudicam e inferiorizam sujeitos dentro de suas diversidades.

Na forma de preconceito e/ou discriminação o fato é que a comunidade LGBTQ+ se encontra em situação vulnerável, seja dentro de suas casas, como aponta o relatório oficial do GGB de 2012, tendo a residência da pessoa como principal ambiente para as violências contra gays, como também temos a rua como principal ambiente dos assassinatos de pessoas trans.

Louro (2000, p. 67) colabora com a discussão sobre a constituição dessas pessoas subjugadas, apontando que existem identidades consideradas “normais, básicas e hegemônicas”, ou seja, tudo o que foge a esse padrão, é considerado anormal, complexo e inferior. A partir disso, podemos destacar que essa constituição é constantemente atravessada

pelo imaginário social que nos inscreve marcas corporais, assim as identidades “produzem-se em meio a disputas, supõem classificações, ordenamentos, hierarquias” (LOURO, 2000, p. 63).

No que se refere à construção identitária, Costa e Moreira (2019, p. 55) discutem que essas identidades “não hegemônicas são construídas em meio a um cenário de violência e resistência”, dessa forma fica claro que estamos tratando diretamente de uma população potencialmente adoecida. As autoras Costa e Moreira (2019) ainda discutem sobre a importância de o Estado se apropriar das discussões sobre essas identidades para que os números anteriormente citados nesse trabalho (como os de assassinatos no Brasil) sejam enfrentados com políticas públicas efetivas. Dessa forma, é muito relevante pensarmos a noção de enfrentamento, sendo ela não apenas uma palavra solta no contexto de minorias, mas uma real possibilidade de se manter vivo.

Segundo Folkman e Lazarus (1980) o conceito de enfrentamento pode ser compreendido como um sistema de defesa que tem como proposta reduzir tensões e restaurar o equilíbrio. Esses autores trazem também, como situa Savóia, Santana e Mejias (1996) oito formas que caracterizam estratégias de enfrentamento, sendo elas: o confronto; o afastamento; o autocontrole; o suporte social; a aceitação de responsabilidade; a fuga-esquiva; a resolução de problemas; e a reavaliação positiva.

Nessa discussão do enfrentamento para a temática LGBTQ+ a própria formação desse grupo minoritário representa uma forma de, não somente acolher o indivíduo no exercício de sua sexualidade não heteronormativa, mas de validar e enfrentar em conjunto as violências cotidianas destinadas a esse grupo. No Brasil, nos anos 2000 notamos avanço nas pautas e o movimento LGBTQ+ vai se solidificando, dessa forma autores comentam:

As paradas do orgulho se expandem em tamanho e quantidade, como uma estratégia de visibilidade massiva, se tornando em pouco tempo as maiores manifestações de rua de um movimento social brasileiro (ARAGUSUKU; LOPES, 2016, p. 250).

Assim, a comunidade LGBTQ+ se destaca em vários setores da sociedade, seja nas paradas de orgulho ou dentro da produção de políticas voltadas a este grupo.

2.3 Psicologia e diversidade de gênero e sexual

O primeiro princípio básico universal descrito no Código de Ética Profissional das psicólogas e psicólogos trata do respeito e promoção de liberdade, dignidade, igualdade e integridade. Mais adiante, o mesmo documento veda as/os profissionais de Psicologia de

“induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (CFP, 2005, p. 09). Dessa forma, a nossa Ciência não poderia se esquivar de tomar conhecimento e combater violências referentes a qualquer diversidade de gêneros e sexuais.

Na intenção de discutir sobre a diversidade de um modo amplo na Psicologia, Guareschi (2018) aponta com clareza sobre a importância de se falar sobre o tema que é tão recente:

A urgência em abordar a temática da diversidade se dá em razão de que, mesmo diante de práticas pautadas no respeito às diferenças, ainda no presente encontramos lógicas normalizadoras pautando ações direcionadas a populações específicas, seja no âmbito da saúde, da educação, da assistência, da segurança, da raça e da sexualidade, cujas intervenções, não raro, tendem a produzir, como efeito, sujeições às normas. (GUARESCHI, 2018, p. 409).

Ainda nessa linha, é importante trazer sobre quais são os efeitos vivenciados pela população quando profissionais de Psicologia se apropriam de um discurso irresponsável. Isso pode ser observado através das inúmeras denúncias recebidas, no Brasil, pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP's). A fim de embasar essa discussão, Zaia et al (2018) fizeram um levantamento dos processos éticos publicados no Jornal do Federal, entre os anos de 2004 e 2016, e trazem que:

Notam-se também que os principais comportamentos a serem evitados na prática profissional, os quais ainda se mostram frequentes, envolvem negligência, discriminação, exploração, violência, preconceito, prática ilegal da profissão, convivência com erros e faltas éticas, uso de procedimentos não reconhecidos, emissão de documentos sem fundamentação, emprego questionável de instrumentos psicológicos, dentre outras posturas inadequadas. (ZAIA; OLIVEIRA; NAKANO, 2018, p. 17).

Ainda nessa linha, cabe ressaltar que mesmo a Psicologia dotada de diretrizes bem definidas sobre a compreensão e o respeito às diversidades, esta ciência ainda apresenta diversos elementos gestados e concebidos em uma cultura recheada de preconceitos que acabam por fundamentar práticas e ferir a ética de toda a classe. A exemplo disso, temos desde a forma gramatical normalmente utilizada na língua portuguesa onde, embora a maior parte das/dos profissionais de Psicologia se autodeclarem do gênero feminino², essa norma é estruturada sob o viés do masculino. Santos (2013, p. 21) colaborando com esse debate traz o exemplo da carteira profissional com o termo “assinatura do psicólogo” e nós assinalamos também que o próprio código de ética profissional do psicólogo com suas diretrizes direcionadas “aos

² Vide <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

psicólogos” (grifo nosso) faz uso de terminologias gramaticalmente consideradas corretas, mas arbitrárias na vida cotidiana.

Embora haja muitas evidências que apontem para a necessidade de se pensar a Psicologia brasileira essencialmente feminina, LGBTQ+ e preta, os dados anteriormente mostrados denunciam a imagem de uma ciência ainda submissa à lógica machista, LGBTfóbica e branca. Ribeiro (2015) pensando a articulação entre a Psicologia e as diversidades sexuais, pontua que é muito recente a apropriação por parte das psicólogas e psicólogos, sobre o presente tema, levando em consideração que somente no início dos anos 80 aconteceram o nascimento dos movimentos com reivindicações sociais caminhando junto a esse período chamado de redemocratização.

Ribeiro (2015) também nos mostra que a partir desse período novas formas de resistências foram criadas, a transexualidade deixa de ser considerada um transtorno de ordem mental, e no Brasil, no início do século, especificamente em 2002, foi inserida de fato esse tema na agenda governamental. Nesse período surgem alguns programas, eventos e documentos que no geral, como o autor apresenta, são significativos pelo simples fato de existirem em prol de uma minoria, mas na prática eram pouco eficazes pois era visível a lacuna entre aquilo que foi prescrito e o real. Esse estudioso elenca também a importância que um marco regulatório que criminalizasse as violências direcionadas a essa minoria, teria sentido de colaborar com a efetivação dessas políticas públicas.

2.4 Educação e Psicologia Escolar e Educacional

A educação é, sem dúvida, uma ferramenta que promove mudanças significativas no campo de possibilidades de cada indivíduo inserido em sociedade, mas é importante se refletir sobre quais mudanças são essas, podendo elas serem propulsoras de avanços ou de adoecimentos. Inferimos que ao se tratar de educação, inevitavelmente nos remetemos ao ato de ensinar e esse “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.12).

A Psicologia, como contextualiza Carvalho e Marinho-Araújo (2009), surge no Brasil em uma articulação com a Educação onde suas principais atividades eram voltadas para o ambiente escolar, com o enfrentamento dos problemas de aprendizagem, orientação profissional etc. Nesse contexto, as autoras chamam a atenção para o modo acrítico com o qual essas práticas foram sendo estabelecidas:

O foco principal da Psicologia articulada à Educação, nessa perspectiva, era o atendimento a dificuldades de aprendizagem dos alunos, culpabilizados por seu fracasso, cuja análise era feita com a utilização descontextualizada e estigmatizadora de testes psicológicos (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009, p. 66).

Nesse sentido, as autoras pontuam também que o avanço da Psicologia no Brasil significou mudança de foco no que se refere à escuta e à orientação. O que antes era uma prática remediativa que olhava somente para o aluno, a partir de então buscava olhar para quem formula a queixa – o professor. Assim, elas trazem ainda que as práticas eram voltadas “às instituições escolar e familiar para, então, chegar à abordagem ao aluno, apenas nos casos em que isso se fizer necessário” (CARVALHO; MARINHO-ARAÚJO, 2009, p. 67). Dito isso, fica evidente que os problemas escolares, antes focados nos estudantes, agora são compreendidos como parte de uma complexa rede de relações.

Galvão et al. (2017) corroborando com a afirmação de que as práticas das/dos profissionais de Psicologia na Educação consistiam na proposta de remediar o aluno-problema, chama atenção para a vigente postura normatizadora que enquadrava esse aluno a um pré-determinado padrão de aprendizagem. Mais adiante as autoras afirmam que “o problema gerado ao se privilegiar esse modelo de trabalho foi criar uma cultura psicologizante e individualizante dos problemas da escola” (GALVÃO ET AL 2017, p. 22). Dessa forma, as autoras nos convidam a refletir sobre como esses profissionais estavam a serviço da criação de uma compreensão de problemas escolares completamente descontextualizadas, excluindo todos os atores que estão diretamente relacionados à vivência escolar desse aluno, como também a própria realidade brasileira, ao desconsiderar todas as variáveis econômicas, culturais, regionais etc., que poderiam estar influenciando na construção dessa queixa recebida.

É importante sinalizar que, após esse surgimento conturbado e reducionista da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, há uma quebra, como nos mostra Galvão et al. (2017), nos modos deficitários de atuação desses profissionais. A partir de 1980, surge um movimento que vislumbra maior envolvimento da Psicologia com as questões reais que o povo brasileiro enfrentava, deixando para trás um tanto do fardo elitista que a nossa ciência carrega até os dias de hoje.

Embora no Brasil e especificamente no Maranhão, exista ainda um grande caminho a se percorrer na construção da teoria e prática sólidas e contextualizadas, muito já se conseguiu com a inserção da Psicologia Escolar e Educacional nas grades curriculares dos cursos de Psicologia. Ainda assim, as autoras pontuam:

É necessário, pois, promover a inserção dos psicólogos escolares em formação nos contextos reais de atuação e incitar processos de reflexão teórica e metodológica que orientem a conscientização dos seus papéis e das funções no que compete a especificidade do conhecimento psicológico nos espaços de intervenção. (GALVÃO et al., 2017, p. 27).

Essa afirmação caberia nos anos iniciais da inserção e construção da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, mas foi pensada para o cenário atual e é possível se considerar que ela ainda caberá daqui a alguns anos tendo em vista os constantes retrocessos no campo da educação que estamos vivenciando no ano de 2020.

2.4.1 Psicologia Escolar e Educacional diante da diversidade de gênero e sexual

Salientamos que a questão aqui problematizada é sobre como somos ensinados acerca de um tema tão negado que é a diversidade de gênero e sexual. Em recente estudo realizado por Soares e Monteiro (2019) onde é discutida a formação de professores e professoras em gênero e sexualidade a partir de um curso denominado Gênero e Diversidade na Escola (GDE) fica evidente a inabilidade desses profissionais em discutir a presente temática em diversos momentos dos relatos trazidos, como também o reconhecimento do impacto na vida desses educadores e educadoras, no sentido da aquisição de novos conceitos, especialmente o da homossexualidade, para somente assim haver mudança de postura dentro e fora das salas de aula. Diante do exposto faz-se importante repensar na formação enquanto moduladora de práticas discriminatórias.

Mediante os conflitos existentes dentro da educação em se tratar da presente temática, Silva (2018) coloca que o espaço educacional historicamente vem sendo utilizado como forma de diferenciar, ou melhor, vem sendo utilizado para atender e perpetuar discursos que atendem à uma classe que dispõe de poder sobre a outra. Esses movimentos de distinções acabam por gerar desigualdades, nesse caminho Louro (2014) vem exemplificando que esse processo de diferenciação começa quando a escola ocidental separa as pessoas por religião, gênero biológico, ricos e pobres.

Furlani (2011, p. 54) aponta que “as sociedades e culturas delimitam ‘lugares’, posicionam sujeitos e demarcam fronteiras entre os indivíduos” e nesse cenário temos especialmente a escola como promotora dessas práticas. Brandão e Lopes (2018, p. 102) sinalizam que “não incentivar a discussão de gênero e sexualidade na escola contribui para a persistência das desigualdades e discriminações sociais” e fundamentam isso trazendo que a convivência com o tema dessas diferenças socioculturais evita situações de sofrimento e abandono escolar.

Pensando sobre essa discussão na realidade brasileira, não podemos deixar de falar sobre a recente lei nº 13.935 de 2019 que demarca o lugar da Psicologia dentro das escolas de ensino básico, assim como o lugar do Serviço Social (Brasil, 2019). Essa lei representa um marco importante no campo de possibilidades de se (re)pensar as diversidades sexuais e de gênero, pois é nesse período dentro das escolas que muitas crianças vivenciam as primeiras expressões de preconceitos e discriminações.

Aqui a educação pode ser compreendida também como um instrumento que, ao invés de facilitar a disseminação do debate sobre a diversidade de gênero e sexual, acaba criando estratégias para que isso seja levado para a invisibilização, logo, há falta de habilidade generalizada em tatear esse assunto. Nesse sentido, cabe também problematizar a participação da Psicologia Escolar e Educacional nesse processo. Para tal, dentro do escopo deste trabalho, buscou-se analisar as produções científicas sobre gêneros e sexualidades publicadas no mais representativo periódico da área.

3. MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA REVISTA DA ABRAPEE

3.1 Percurso Metodológico

O presente trabalho tem como objetivo geral mapear a produção científica acerca da diversidade sexual e de gênero na Revista Psicologia Escolar e Educacional, entre os anos 1996 e 2019. Mais especificamente, buscamos caracterizar a atuação em Psicologia Escolar e Educacional em relação às questões da diversidade sexual e de gênero; identificar as principais temáticas da discussão sobre a diversidade sexual e de gênero na pesquisa em Psicologia Escolar e Educacional; e problematizar a produção científica em Psicologia Escolar e Educacional, a partir das demandas sociais pela igualdade sexual e de gênero.

Do ponto de vista metodológico se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, utilizando o procedimento do Estado da Arte, tomando como material de análise todas as edições (no período mencionado) da Revista Psicologia Escolar e Educacional, lançadas pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) na intenção de verificar a presença das discussões sobre as diversidades sexuais e de gênero publicadas.

As pesquisas bibliográficas como nos traz Mirim (2013, p.129), permitem que as/os pesquisadores tenham acesso “às produções da ciência já cristalizadas na forma de livros, teses, capítulos de livros, periódicos, artigos, cartas, editoriais, comentários, notícias etc.”

Sendo entendida como metodologia de caráter bibliográfico, o estado da arte é caracterizado da seguinte forma:

Uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Silva e Carvalho (2014) em consonância com essa conceituação, apontam que essa metodologia busca mapear e identificar quais procedimentos estão sendo utilizados no desenvolvimento de determinado tema, o que está ausente na discussão e que merece ser olhado com mais cuidado, quais são esses referenciais teóricos utilizados para se discutir determinado tema e por último, quais as contribuições científicas e sociais desses trabalhos possuem.

Rother (2007) nos situa que a pesquisa de revisão deve ser iniciada através de uma pergunta que norteará todo o percurso a ser seguido. No presente estudo pensamos na seguinte

pergunta: O que a revista da ABRAPEE já produziu desde sua fundação sobre a temática das diversidades sexuais e de gênero?

A Revista de Psicologia Escolar e Educacional, sendo a principal fonte da presente pesquisa, se propõe publicar manuscritos que tratam da atuação, formação, história da Psicologia na Educação, textos críticos sobre as produções acadêmicas, relatos de pesquisa etc., sendo escolhida por esses motivos como também pela implicação de produzir quadrimestralmente colaborando em grande escala com as formações em Psicologia.

No que se refere aos dados obtidos, encontramos dentro das 35 edições da revista, no período de 1996 à 2019, 14 artigos que faziam menção, seja no título ou resumo, à temática da Diversidade sexual e/ou de Gêneros com os termos “sexualidade”, “gênero”, “homofobia”, “diversidade sexual” e “sexo”. Destes 14 artigos agrupados e analisados houve a necessidade da exclusão de 4 (quatro). Um por não atender ao critério de discutir sobre a temática pretendida, embora seu título trouxesse menção à diversidade; dois, apesar de discutirem a temática, não foram disponibilizados em português; e o último que fazia menção à gênero mas se objetivou a pensar a formação de mulheres sem de fato problematizar esse viés³, restando assim 10 artigos.

Em relação ao procedimento de busca dos materiais, o site da ABRAPEE⁴ foi a única fonte, sendo ela uma entidade sem fins lucrativos que visa “incentivar o crescimento da ciência e da profissão de psicólogo escolar e educacional, como um meio de promover o bem-estar e o desenvolvimento humano, enfocando para isto o processo educacional no seu sentido mais amplo”. Os artigos analisados são apresentados no QUADRO 01.

Quadro 01 – Artigos analisados na pesquisa

Títulos	Autoras	Ano
1. Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas	Silvia Nara Siqueira Pinheiro	2004

³ Os artigos foram: 1) “Diferença de gênero em grupos de aprendizagem colaborativa online promovendo educação afetiva e capital social” de ELLA, Mebane Minou, ROBERTA, Sorace, ANDREA, Solimeno e MANUELA, Tomai; 2) “Diferenças de sexo no bullying escolar e resiliência em adolescentes” de BOSA, Maribel Romero et al; 3) “Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro” de Adolfo Pizzinato, Milene Mabilde Petracco, Cristiano Hamann, João Pedro Cé e Eduarda Noal Rosa.

⁴ <https://abrapee.wordpress.com/>

2. Comportamento social na escola: diferenças entre gênero e séries	Laura Fogaça Saud; Josiane Maria de Freitas Tonelotto	2005
3. Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho	Kátia Bones Rocha; Jorge Castellá Sarriera	2006
4. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade	Marivete Gesser; Leandro Castro Oltramari; Denise Cord; Adriano Henrique Nuernberg	2012
5. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros	Cláudia de Moraes Bandeira; Claudio Simon Hutz	2012
6. Bullying e homofobia: aproximações teóricas e empíricas	Jackeline Maria de Souza; Joilson Pereira da Silva; André Faro	2015
7. Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense	André Luiz Machado das Neves; Klaudia Yared Sadala; Iolete Ribeiro da Silva; Elizabeth Teixeira; Darlisom Sousa Ferreira;	2015

	Fabiane Aguiar Silva	
8. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola	Amanda Nogara Marcon; Luísa Evangelista Vieira Prudêncio; Marivete Gesser	2016
9. Sexualidade e gênero(s): debates e desafios no estágio de licenciatura em psicologia	Sheila Daniela Medeiros dos Santos; Jordana de Castro Balduino Paranahyba	2018
10. Cyberbullying e comunicação de teor homofóbico na adolescência: estudo exploratório das suas relações	Mariana Magalhães; Miguel Cameira; Liliana Rodrigues; Conceição Nogueira	2019

Fonte: produção da autora

Diante do exposto, algumas considerações iniciais podem ser feitas. No processo de pesquisa desses 10 materiais, algumas informações saltaram logo no começo, como o fato de que o presente tema estudado não terem sido objetos de estudos nos anos iniciais da criação da revista. A esse respeito podemos constatar que as/os pesquisadores no Brasil vieram acompanhando o desenvolvimento das discussões sociais sobre o tema, para enfim se disporem a estudá-lo.

Os artigos encontrados são em sua maioria oriundos das regiões sul e sudeste do país (5 dos 10 artigos analisados), sendo os demais de regiões diversas do Brasil e do Exterior. Outro dado relevante é o fato de que a maioria desses trabalhos foram pesquisas de campo (7 dos 10 artigos analisados), dando a entender que a produção de conhecimento está avançando no sentido de explorar a realidade, os novos (ou seriam velhos?) modos de se relacionar.

Dentro dos temas gerais abordados que foram sexualidades e deficiências; habilidades sociais e gêneros; saúde e gêneros; formação de profissionais; bullying e LGBTfobia, o tema mais recorrente foi da formação dessas profissionais, sendo elas, professoras e/ou psicólogas, demonstrando uma provável implicação no processo de criar e/ou

atualizar profissionais que sejam capazes de lidar com as discussões sobre a diversidade de modo coerente, inclusivo e fundamentado.

4. ENTRE DIVERSAS AUSÊNCIAS, O QUE SE PUBLICOU SOBRE SEXUALIDADES E GÊNEROS NA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

Os artigos foram distribuídos dentro de cinco categorias, como pode ser observado no QUADRO 02.

Quadro 02 – Relação entre categorias e artigos

Categoria	Sexualidade e deficiências	Habilidades sociais e gêneros	Saúde e gêneros	Formação de profissionais	Bullying
Numeração do artigo conforme QUADRO 01	1	2	3	4, 7, 8, 9	5, 6, 10

Fonte: produção da autora

4.1 Formação de profissionais

Iniciando a discussão pela categoria que mais apareceu (formação de profissionais), Gesser et al. (2012) nos traz a importância da formação ético-política para profissionais da educação, no sentido de dar possibilidade dessas pessoas se instrumentalizarem e reconstruir o modo como lidam com a diversidade

Partindo de uma análise do caderno de Orientação Sexual que compõe os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, as autoras Gesser et al. (2012) trazem que esse documento dá aos profissionais da educação um lugar especial no debate das diversidades sexuais e de gêneros, cabendo a estes reconhecerem as mais variadas formas que os estudantes encontram para expressar suas sexualidades. Estas profissionais da educação também possuem a responsabilidade de se disponibilizarem a escutar e discutir com o estudante sobre a temática. Gesser et al. (2012, p. 232), a esse respeito traz como justificativa: “quando há uma negação de direitos sexuais e reprodutivos legitimada pela escola, esta acaba operando como produtora

de vulnerabilidades”, demonstrando que o ambiente da escola tem papel fundamental na promoção de saúde dos estudantes.

Outro ponto de relevância elencado pelas autoras anteriormente citadas é quando falam que a formação ético-política representa uma espécie de corte que vai “subvertendo a racionalidade instrumental que reduz o sujeito professor à dimensão da cognição” (GESSER et al. 2012, p.233) e dando possibilidade para que esses conhecimentos assimilados através da visibilidade do tema possam ser fundamento de uma prática mais adequada à sala de aula. As autoras discutem também que:

Além disso, deve-se promover a apropriação crítica da construção histórica das desigualdades de gênero e da heteronormatividade, bem como a desconstrução de modelos reducionistas de compreensão do comportamento sexual que acabam por desconsiderar importantes dimensões, como a afetiva e a de gênero. (GESSER et al., 2012, p. 233)

Gesser et al (2012) propõe que a formação na educação deve ser desenvolvida com base nas dificuldades reais de dentro do cotidiano escolar, isso significa uma cisão com aquele modelo carregado de propostas “pré-estabelecidas” de como essas profissionais devem funcionar, ou seja, é sobre como essa formação é estruturada para a homogeneização das práticas escolas em que os recursos são pensados para uma massa e a individualidade podendo ser desconsiderada. Mais adiante nesse artigo, as autoras cuidadosamente salientam a importância de se ouvir o que as educadoras pensam a respeito das expressões de sexualidade, promovendo espaços de reflexão e discussão sobre o enfrentamento dessas situações que inegavelmente fazem parte da realidade escolar. Aqui nesse ponto as autoras trazem a importância da presença da Psicologia na construção da formação mais crítica para a população.

A Psicologia Escolar e Educacional, segundo Gesser et al (2012), possui instrumental suficiente para gerar um retorno dessas professoras a elas mesmas, um olhar sobre si, sobre suas práticas para assim concretizar um fazer escolar que de fato considere a realidade subjetiva de todos os atores da escola, incluindo a dos estudantes que são diretamente atravessados pela sexualidade, gêneros, raça, religiosidade etc., como também pela invisibilização desses elementos.

Neves et al. (2015, p. 262) em consonância com essa discussão das diversidades, nos trazem que “os séculos XX e XXI foram marcados por muitas lutas pela igualdade social e respeito”, embora seja evidente que ainda hoje as mais variadas formas de intolerância ainda estão naturalizadas em várias sociedades. Essas autoras demarcam dentro de sua pesquisa a importância de se olhar para as representações sociais, sendo elas as formas como estes profissionais da educação compreendem o tema das diversidades, mesmo que essas

representações não signifiquem um conceito estático sobre algo, compreende-las ainda é necessário para que se criem instrumentos eficazes no ensino e enfrentamento da intolerância.

As autoras propõem esta pesquisa na intenção de saber deste grupo [professoras] o que “sentem, pensam e internalizam” a respeito das diversidades sexuais (NEVES et al. 2015, p. 263). Esse trabalho é um modelo aproximado do que propôs Gesser et al. (2012) anteriormente, baseado na ideia de ouvir as profissionais para assim poder construir novos métodos.

Neves et al. (2015) constroem uma pesquisa buscando identificar representações sociais sobre o tema aqui discutido, contando com a participação de 50 profissionais da educação, sendo 60% desse grupo composto por mulheres, onde estas responderam a um instrumento fundamentado na Técnica da Evocação ou Associação Livre, contendo o seguinte questionamento: O que lhe vem imediatamente à mente ao pensar no termo “Diversidade Sexual”?

Os resultados foram tabelados no Excel e um software os organizou em quatro quadrantes, sendo um deles o agrupamento com os termos mais significativos para as pessoas pesquisadas. Nesse agrupamento temos os termos Liberdade e Respeito. Neves et al. (2012) pontuam que esses termos “são aspectos positivos para a atuação em prática de aula, mas sabe-se que o processo de ensino e aprendizagem compreende aspectos voltados à integralidade do homem” (NEVES et al. 2015, p.264), sendo essa integralidade o todo que constitui este sujeito, como as dimensões psicológicas, sociais etc., demonstrando que, embora seja importante essa consideração em relação à direitos básicos que todo estudante possui, existe ainda o complexo que corresponde a inteireza de cada um e que é bem maior do que dois termos simplórios frequentemente evocados. Levando em consideração a multiplicidade que define cada sujeito, as autoras discutem como esses discursos das educadoras podem estar carregados de preconceitos.

Pensando no trato deste profissional em relação aos estudantes, as autoras que foram registradas chamam atenção para o fato de que esse discurso evocado ou práticas isoladas podem não refletir de fato no que é a realidade escolar, sendo que o assunto das diversidades por vezes ocupa um lugar não significativo no campo das ideias por conta de uma formação deficitária que não ensina profissionais da educação a tatear tais tabus. As autoras acrescentam:

Diante disso, o professor se restringe ao ensino dos conhecimentos científicos e esquece-se de que o aluno tem um corpo, que ele tem uma sociabilidade já que é integrante de um grupo social. Desta forma prioriza o conteúdo, deixando de lado outros aspectos que favorecem o processo ensino-aprendizagem, como os psicológicos, sociais e espirituais. (NEVES et al., 2015, p. 265)

Na pesquisa, especificamente a respeito da Liberdade que se evidenciou sobre os demais termos, é feita uma contextualização sinalizando o quão recente se deu o processo de redemocratização do país após a queda da ditadura militar, fazendo com que somente a partir disso pessoas fossem expressando de fato o que se é, através dos movimentos coletivos. No texto, há também uma ressalva que faz um barulho estrondoso no silêncio da nossa comodidade:

Assim, várias pessoas encontram formas legitimadas de expressão da sua sexualidade em espaços públicos, como os programas de TV, shows etc., mesmo que sejam espaços estigmatizados, como é caso de humoristas travestis. (NEVES et al, 2015, p. 265).

Atualmente, como pontuam as autoras, a comunidade LGBTQ+ se expressa de várias maneiras, como na promoção de eventos, criação de políticas públicas etc., construindo uma imagem importante que, mesmo com tantas violências já vivenciadas, já recebem bem menos repúdio na forma e quantidade que se recebia no passado.

Outro ponto relevante para a pesquisa, foi o aparecimento do agrupamento que continha os termos Preconceito, Opção Sexual e Homossexualismo. Seguindo o raciocínio das autoras, esse grupo de termos são os que possuem maior frequência na evocação, mas são compreendidos como menos importantes (NEVES et al, 2015, p. 265). O preconceito aparece como uma atitude que possivelmente comparecia na realidade das profissionais na forma de brincadeiras, piadas, olhares, gestos etc. A Opção Sexual, pela frequência em que apareceu, proporcionou a análise de que esses professores acreditam que se escolhe ser LGBTQ+ e, por fim, o Homossexualismo que, também pela frequência na utilização do sufixo – *ismo*, evidencia uma compreensão patológica em relação às expressões LGBTQ+, compreensão essa que fora bastante difundida no passado.

Neves et al. (2015) ainda pormenoriza dois outros agrupamentos, sendo que um deles traz a frequência dos termos Aceitação, Família, Igualdade e Direitos Humanos. Esses termos aparecem como sendo de muita importância para o grupo, sinalizando que essas profissionais relacionavam suas representações sobre diversidades à fatores muito positivos. O último quadrante possuía termos como Bissexual, Transexual e Heterossexual, levando em consideração que esses termos aparecem com uma baixa frequência e é dada pouca importância, as **autoras inferem** que a discussão em sala sobre orientação sexual ainda tem muito a caminhar no sentido de dar visibilidade a mesma.

Por fim, as **autoras inferem** que, baseado nos resultados obtidos, a maioria destes profissionais ainda se encontram engessados numa lógica carregada de preconceito, estereótipos e reducionismo sobre a sexualidade (NEVES et al., 2015, p. 267). Nessa direção, elas trazem ainda a importância que a Psicologia Escolar e Educacional possui diante da

complexidade que permeia esses tabus, para enfrenta-los coletivamente gerando reflexões de uma compreensão que realoca o “diferente” como normal.

Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) em consenso com as autoras supracitadas, pensam o cenário da escola como um espaço de valorização das expressões das diversidades e de redução de vulnerabilidades. Agora com olhares voltados às políticas públicas pensadas à população LGBTQ+ na escola, as autoras fazem uma análise minuciosa de documentos oficiais e a relação destes com os conhecimentos científicos produzidos.

Numa revisão integrativa de 48 produções que versavam sobre a temática, as autoras inicialmente já constatam que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) “são a política de maior influência nas produções de conhecimento relacionadas à diversidade sexual e educação” (MARCON; PRUDÊNCIO; GESSER, 2016, p. 294), percebendo também a relevância do programa “Brasil sem homofobia”, criado em 2004, como elementos norteadores na construção de um ambiente escolar de fato para todas e todos.

Em levantamento feito pelas autoras Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) nesse artigo, nos é apresentado que, na contramão desses programas anteriormente citados, há dificuldade de se implementar parâmetros adequados sobre as diversidades, tendo em vista que outros programas que se propõem pensar a temática proposta, ainda disponibilizam materiais com informações pautadas na lógica heteronormativa de família. A respeito da relevância científica desse tipo de discussão, as autoras trazem:

Percebe-se, então, que a criação de políticas públicas voltadas à diversidade sexual na escola fomenta a discussão acadêmica para verificar como se dá a aplicação prática das políticas e dos documentos oficiais. Ainda assim, destaca-se que há um grande abismo entre o que propõe a política e a efetividade na sua implementação, uma vez que a maior parte dos estudos analisados apontou que as desigualdades de gênero e a heteronormatividade continuam muito presente nas escolas (MARCON; PRUDÊNCIO; GESSER, 2016, p.295).

Diante do objetivo de se olhar tanto para as políticas públicas quanto para as produções científicas acadêmicas, as autoras destacam que nas produções sobre o tema, o conceito de gênero se evidencia como sendo um pilar levando em consideração que “as práticas no ambiente escolar são cotidianamente atravessadas por discursos os quais naturalizam a concepção binária de sexo e gênero” (MARCON; PRUDÊNCIO; GESSER, 2016, p. 295) fomentando um entendimento que naturaliza expressões preconceituosas que têm a heteronormatividade como algo positivo e saudável e tudo o que foge disso, como negativo e doentio.

No artigo, as autoras buscam também observar se nos artigos estudados, se havia metodologias que fundamentassem a construção de políticas públicas e perceberam que certa

escassez em relação a esses elementos. Contudo, a maior parte dessas pesquisas apresentaram teorias que visam instrumentalizar a prática de profissionais da educação em relação as diversidades (MARCON; PRUDÊNCIO; GESSER, 2016, p.296).

Levando em consideração os resultados desse levantamento, Marcon, Prudêncio e Gesser (2016) chegam a seguinte conclusão:

Analisando os artigos categorizados, foi possível constatar que, embora a produção do conhecimento relacionada à diversidade sexual na escola tenha avançado bastante na direção de uma educação inclusiva e que valoriza a expressão das diferenças, a realidade apresentada pelos artigos analisados ainda está aquém do que preconizam as políticas. Diante disso, evidencia-se a necessidade de aproximação do conhecimento produzido na academia com o cotidiano da escola (MARCON; PRUDÊNCIO; GESSER, 2016, p. 297).

Por fim, as autoras fazem um resgate da função que a Psicologia tem nesse espaço no sentido de resgatar a dimensão subjetiva dos corpos heteronormatizados que a escola está implicada em fazer a manutenção.

Já que nesse momento falamos de uma prática, Santos e Paranahyba (2018) apresentam um trabalho produzido a partir de um estágio supervisionado, onde foi oferecido um minicurso para jovens de um curso profissionalizante. O minicurso em questão, denominado *A namorada da mãe do João: sexualidade e gênero na atualidade*, objetivava construir um entendimento sobre sexualidade e gêneros, “desnaturalizando os discursos biologicistas, admitindo a diferença e enfatizando o quão imprescindível é lutar pela construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática” (SANTOS; PARANAHYBA, 2018, p.87).

As autoras retiram a Psicologia do lugar asséptico da clínica e a colocam no conturbado espaço de relações, criações, perpetuações e ensinamentos que é a escola. Considerando que, ao serem negadas, essas discussões sobre as diversidades podem (re)produzir discursos binários, biologicistas e discriminatórios. Sobre essa função social da Psicologia Escolar e Educacional, as autoras pontuam:

Desse modo, uma das contribuições do ensino de Psicologia, na escola, pode ser a de forjar uma visão que rompa com a cisão entre o normal e o patológico, o certo e o errado, o bom e o ruim, e que institua uma ampla discussão a respeito das diferenças e dos desejos do homem, como um ser que ocupa um corpo biológico que não se desenvolve de forma linear e previsível, mas que indubitavelmente é um ser cultural, que adquire a condição humana através das relações sociais. (SANTOS; PARANAHYBA, 2018, p.87).

Na efetivação do minicurso, algumas questões disparadoras foram propostas para os estudantes. Um texto apresentando um paradoxo sobre o uso do banheiro por uma aluna trans, sendo que a ela foi negado o uso do feminino por insistência dos pais das demais alunas

e o banheiro masculino evitado por conta das represálias dos rapazes. As autoras apresentam as mais diversas evocações que apareceram mediante apresentação desse texto, dentre elas estão as que dizem que “João/Joana deveria usar o banheiro dos meninos, porque biologicamente era menino e João/Joana deveria usar o banheiro das meninas, porque em termos psicológicos se sentia menina” (SANTOS; PARANAHYBA, 2018, p. 87). Embora outros discursos aparecessem, esses já servem para ilustrar um pouco da intenção das estagiárias que era fazer refletir sobre padrões classificatórios e segregadores internalizados pelos estudantes.

Santos e Paranahyba (2018) expressam muita satisfação ao destacarem vários outros questionamentos que foram surgindo ao longo dos oito encontros de duas horas. Essas alunas (os) de fato se mostraram implicados na compreensão das diversidades ao ponto de solicitarem que uma pessoa de dentro do movimento LGBTQ+ fosse convidada a participar dos debates, a fim de se conhecerem como propriamente se dão essas questões de enfrentamento, preconceitos etc.

Ao final, os estudantes inscritos apresentaram questionamentos acerca de alguns termos tradicionalmente invisibilizados, como nos trouxe também Neves et al. (2015) no início deste capítulo. Os termos foram Bisssexualidade, Cisgênero, Intersexualidade etc. É importante destacar a posição cuidadosa que fora tomada pela supervisora dessas estagiárias, notando que alguns desses termos eram desconhecidos para suas estudantes de Psicologia, tratou de promover uma “pesquisa minuciosa a fim de que definições equivocadas não fossem apropriadas de tal forma que resultassem na legitimação de atitudes preconceituosas” (SANTOS; PARANAHYBA, 2018, p. 88).

No mais, acerca dessa experiência, as autoras sinalizaram grande êxito na efetivação da atividade proposta, promovendo a possibilidade de coletivamente haver a apropriação de novos conhecimentos, gerando conscientização sobre o histórico de lutas e opressões vivenciadas pelos sujeitos que fogem à norma desigual e excludente da nossa sociedade.

Nesse ponto do capítulo fechamos a temática da primeira categoria proposta: a formação de profissionais. Nessa categoria foram incorporadas discussões sobre as práticas e teorias que comumente são levadas para dentro da escola e como as profissionais da educação se alimentam desses saberes. Louro (2014) produz uma reflexão sólida acerca da radicalidade necessária para se construir uma escola onde sejam substituídas as estruturas que, por tanto tempo, somente serviram para separar ou como a própria autora traz “para delimitar espaços” (LOURO, 2014, p. 62). Essa separação pode ser entendida da forma mais literal, pois ela fala da separação entre, por exemplo, ricos e pobres, brancos e negros e os meninos das meninas.

Dito isso, podemos nos questionar a como efetivamente as profissionais de saúde e educação podem de fato incluir a diversidade em suas práticas, assim, a autora nos responde:

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadriñar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados — portanto, não são concebidos — do mesmo modo por todas as pessoas. (LOURO, 2014, p. 63).

Levando em consideração essa perspectiva que nos apresenta uma realidade paralela onde a educação é problematizada em diversos aspectos, apontamos para a importância de se pensar práticas efetivas que levem à mudança curricular na formação de profissionais. Estamos falando aqui, baseado no que Louro (2014) destrincha, que o movimento singelo onde se problematiza pequenos detalhes do cotidiano escolar, pode ser um caminho que abre um imenso campo de possibilidades de se (re)fazer o nosso tradicionalismo academicista. Tradicionalismo esse que é formado de muita teoria e pouca prática.

Estamos cotidianamente reproduzindo histórias e estórias sobre como cada coisa deve funcionar, indicando a existência de um padrão aplicável a todos e todas, como também cotidianamente nós estudantes da temática das diversidades sexuais e de gêneros, expressamos nosso descontentamento em vivenciar a realidade carregada de atitudes sexistas e LGBTfóbicas, apontando também para os déficits nas formações, nas leis e no Estado, que, embora tenham fundamental importância no sentido de oferecer subsídios, não exclui a necessidade de olharmos para a nossa própria vivência, para o nosso próprio discurso, para a forma que nos posicionamos fora das páginas do Word.

4.2 Bullying e Homofobia

Outra categoria com destaque foi a que agrupou artigos que tratavam de Bullying e Homofobia. Sousa, Silva e Faro (2015), iniciando essa temática, nos trazem uma pesquisa quantitativa que identifica as relações entre o Bullying e a homofobia entre estudantes com idade média de 14,9 anos. Logo no início desse trabalho, os autores cuidadosamente esmiúçam o conceito de Bullying, lembrando que esse tipo específico de violência era antes chamado de “brincadeira” (SOUSA; SILVA; FARO, 2015, p. 290).

O bullying, sendo uma das várias formas de se violar o espaço e a saúde de pessoas do grupo LGBTQ+, é conceituado como “ações repetitivas de abuso (físico, verbal, material ou

exclusão social) na relação desigual de poder entre pares, produzindo sofrimento para aquele que é alvo da agressão” (SOUSA; SILVA; FARO, 2015, p. 290). Sobre esse conceito, os autores trazem que ele envolve a suposição de si próprio como um modelo e o outro devendo seguir tal norma sob pena de sofrer agressões diversas.

Sousa, Silva e Faro (2015) conceituam a homofobia como a noção de regulação social que, através da construção histórico-social aponta como ideal a relação binária homem-mulher e torna compulsório esse padrão de comportamento, seja no campo afetivo, seja no sexual, seja na constituição da ideia de família. Esses autores supõem que ambos os conceitos estudados, Bullying e Homofobia, encontram uma espécie de denominador comum: “intolerância à alteridade” (SOUSA; SILVA; FARO, 2015, p. 290).

Sendo importante fazer uma separação em termos conceituais, no espectro da homofobia há uma presença marcante do termo *preconceito*, podendo ele muitas vezes ser confundido com o de Bullying. Os autores, na intenção de sistematizar, colocam o preconceito como mais comum em relações intergrupais, já o Bullying, mais presente nas relações interpessoais. Sousa, Silva e Faro (2015, p. 290) trazem que a “manifestação do preconceito não se limita ao bullying, ocorrendo de diversas formas”.

No que se refere ao estudo realizado por Sousa, Silva e Faro (2015) os dados obtidos através do preenchimento de um questionário, apontaram para algumas significativas conclusões. A primeira delas foi que 32% desses adolescentes trouxeram já terem sido alvo de práticas de bullying, 12% assumiu o papel de autor, 22% expressaram que se identificam tanto como alvo quanto como autores e 34% disseram que já foram apenas testemunhas.

As diferenças entre os sexos também foram um dado muito importante na pesquisa. Segundo o levantamento, as meninas apresentaram os maiores percentuais como sendo vítimas dessas práticas (36%), já os meninos tiveram o maior percentual no que tange a representação do papel de autor (18,5%) e alvo/autor (25,9%). As meninas apresentaram um percentual muito menor que os meninos em relação ao papel de autora, sendo que 7,7% se identificaram como tal e 19,3% como alvos/autoras. Além desses resultados, algo não esperado acabou comparecendo, que foi o fato de que dentro no total de meninos pesquisados, uma parcela se identificou com homossexual e levando em consideração esse fator, identificou-se que esse grupo é alvo recorrente de práticas de bullying, possuindo uma média de frequência de 58% contra 25% que é a média dos heterossexuais. Como nenhuma menina se identificou em outra orientação sexual, não foi possível fazer essa inferência neste grupo.

Sousa, Silva e Faro (2015) discutem os motivos pelos quais os meninos são considerados os mais preconceituosos e um deles é o fato de que esses meninos estão inseridos

em uma sociedade que criou toda uma estética acerca de como homens devem se portar, os demais que fogem à essa regra são defeituosos. O uso do termo gay como xingamento ilustra muito bem essa conceituação e uso como algo defeituoso, elementos esses que tiveram forte presença nos resultados dessa pesquisa.

Nessa pesquisa houve a presença da variável “contato com homossexuais”, nela mais uma vez os meninos são frequentemente menos implicados em fazer amizades com pessoas identificadas como LGBTQ+ e é nesse ponto que os autores trazem o fato de que estudantes que possuem qualquer relação próxima com alguém de orientação LGBTQ+, são menos propensos a difundirem preconceitos dessa ordem.

Em linhas gerais, a homofobia apareceu como um forte embasamento de práticas de bullying, a esse respeito Sousa, Silva e Faro (2015) trazem que “na relação entre bullying e homofobia, o autor da violência tem como intuito dominar o alvo e, para isso, usa recursos que socialmente são considerados hierárquicos, como a orientação sexual” (SOUSA; SILVA; FARO, 2015, p. 295).

Magalhães et al. (2019) trazendo esta discussão para o campo tecnológico ou *ciberespaço*, produz uma pesquisa envolvendo estudantes de uma universidade onde “pretende avaliar o papel das atitudes homofóbicas e, concretamente, da comunicação de teor homofóbico (CTH) no cyberbullying” (MAGALHÃES et al, 2019, p. 04).

Inicialmente as autoras apresentam uma conceituação desse tipo de bullying parecida com a de Sousa, Silva e Faro (2015), apontando que cyberbullying se trata de uma violência repetitiva e agressiva produzida geralmente por pares. Aqui, cabe ressaltar que além do acréscimo do ambiente virtual, há o agravante de que nessas experiências de cyberbullying a vítima muitas vezes não sabe sequer quem emitiu o ataque. Na escola, de alguma maneira, ainda há uma mínima sensação de controle, já nos ambientes virtuais não.

A pesquisa de Magalhães et al. (2019) também evidenciou algo que já vinha sendo discutido anteriormente, que é o fato de que os maiores emissores são os meninos, como também representam o grupo de maiores vítimas, dado esse que também é corroborado por Bandeira e Hutz (2012) em uma pesquisa com adolescentes. Em contrapartida, o estudo de Magalhães et al. (2019) identificou 44 vítimas de cyberbullying considerados casos graves e neste grupo, a maioria eram de meninas.

Bandeira e Hutz (2012, p. 38) apontaram que “os meninos relataram que 36,7% dos ataques foram realizados por meninos e 20,9% por meninas” demonstrando que essas práticas ainda estão presentificadas dentro de um grupo específico. Em sua pesquisa, os autores que

buscaram identificar somente diferenças entre os gêneros, nos apresentam um dado marcante que diz sobre o tipo de bullying mais utilizado: o verbal.

Magalhães et al. (2019) juntamente com Bandeira e Hutz (2012) versam sobre os impactos causados pela vivência do bullying. Para as primeiras autoras, ficou evidente que parcela significativa desses estudantes se sentiu muito ou muitíssimo afetados (as) por terem sido vitimados (as). Nessa direção, as segundas autoras discutem proposição parecida ao trazerem que:

Muitos adultos acreditam que a agressão verbal não é tão prejudicial como os ataques físicos. Por não ser tão visível como a agressão física, que pode deixar marcas evidentes, as marcas deixadas pelo bullying verbal são, de certa forma, silenciosas, porém graves. (BANDEIRA; HUTZ, 2012, p. 41)

O conteúdo homofóbico se mostrou elemento bastante comum dentro dos resultados obtidos, levando em consideração que as agressões mais comuns são as verbais, as autoras trazem que:

Embora muitas vezes não sejam dirigidos a indivíduos reconhecidos como LGB, o seu objectivo é sempre a afirmação da superioridade da heterossexualidade sobre as outras orientações sexuais e a inferiorização dos indivíduos que apresentam estas últimas (MAGALHÃES et al., 2019, p. 09)

Baseado no que essas autoras e autores trouxeram acerca da temática que faz conversar as noções de bullying e homofobia, foi acesa a reflexão sobre a vulnerabilidade dessa população em todos os espaços os quais ela se proponha a estar. Costa e Moreira (2019, p. 61) discutindo o tema amplo da LGBTfobia, trazem à tona o processo de marginalização vivenciado por essa população onde seu único delito é se identificar como de um gênero ou orientação sexual que desvia da heteronormatividade.

Esse agrupamento nos deu a possibilidade de visualizar a prática de uma violência tão comum e tão subjugada que é o bullying, nos seus dois nichos essenciais: a escola e a internet. Pensar o bullying é quase como fazer um percurso histórico dos preconceitos que uma pessoa LGBTQ+ vai vivenciar.

Com as mudanças no corpo e nos interesses, é evidente que essa minoria começa o processo natural de se descobrir, mas a realidade ocidental, baseado no que as autoras trouxeram, conta com a desnecessária presença de violências das mais sutis até as mais escancaradas que visam silenciar esses indivíduos.

4.3 Deficiência e sexualidade

A seguir falaremos do tema da deficiência e sexualidade baseado na discussão de Pinheiro (2004), mas de antemão devemos registrar que o tema da deficiência é, indiscutivelmente, um dos mais comuns dentro da revista pesquisada e mesmo assim, somente um trabalho se propôs a pensar um elemento tão fundamental da constituição humana, a sexualidade.

Pinheiro (2004) inicia sua análise nos apontando que “falar de Inclusão requer que se fale também em interação e socialização. Abordar estes aspectos, necessariamente, nos leva à Sexualidade, pois esta abarca comportamentos sociais e interpessoais” (PINHEIRO, 2004, p.199). Para a autora, a questão da sexualidade é parte inerente da composição do ser humano, sinalizando também que estes elementos não são passíveis de escolhas, se trata, como a própria pontua, de “algo que se é, que o ser humano constrói ao longo de sua vida envolvendo uma série de manifestações” (PINHEIRO, 2004, p.200).

A autora contextualiza seu trabalho apontando que as pessoas com deficiência são compulsoriamente excluídas da vivência da sexualidade, pois “segundo crença popular, deficiência mental e aberrações sexuais estão relacionadas” (PINHEIRO, 2004, p. 200). A autora utiliza o termo selvagem para demonstrar como se dá o entendimento das(os) profissionais a respeito das expressões sexuais de pessoas com deficiência.

Levando em consideração as inferências feitas inicialmente sobre essa temática, a própria autora também denuncia uma quantidade escassa de trabalhos que pensem estes dois elementos: sexualidade e deficiência. Segundo a autora:

Grande parte dos trabalhos científicos está mais direcionada para investigar o pensamento de pais e profissionais e seu modo de proceder do que focar o portador em si, o que ele conhece, quais são suas experiências, necessidades e sentimentos diante da sexualidade. (PINHEIRO, 2004, p.204).

Essa autora evidencia a violência com a qual lidamos com a pessoa com deficiência. A pessoa que já possui uma limitação, segundo a autora, se encontra em um lugar de ignorância em relação ao tema da sexualidade, justamente pelo modo infantilizado que pais e profissionais a compreendem. Pinheiro (2004) relaciona tanto a escassez de trabalhos na área quanto o público escutado (pais e profissionais), com esse processo de emudecimento vivenciado por esta minoria.

Leão e Ribeira (2007) nos esclarecem que a falta de visibilidade dessa discussão dentro do ambiente escolar, só gera a proliferação de mitos, estigmas, preconceitos. A autora e

o autor sinalizam que “o ser deficiente não implica em ter uma sexualidade deficiente” (LEÃO; RIBEIRA, 2007, p. 06), o que nos faz refletir sobre a necessidade de se criar estratégias onde esse professor entenda não somente a especificidade de uma pessoa com deficiência ou uma pessoa LGBTQ+, mas também como essas características podem estar cruzadas e que se trata de um erro no percurso.

4.4 Habilidades Sociais e diversidade de gênero

Adentrando o penúltimo eixo de discussão, que trata sobre habilidades sociais e diversidade de gênero, mais especificamente sobre como o gênero e sua construção histórica interferem diretamente nos modos como estudantes se relacionam.

Saud e Tonelotto (2005), realizaram um estudo comprometido em verificar as diferenças comportamentais de um grupo de escolares, a partir da análise de três variáveis acerca dos aspectos emocionais, hiperatividade e problemas de conduta. Perceberam que das três variáveis analisadas, o gênero feminino apresentou maiores indicadores da presença de aspectos emocionais, uma vez que os resultados apontaram que os participantes do gênero feminino do estudo não compartilhavam suas questões emocionais, ocorrendo assim uma clara somatização dessas dificuldades.

O gênero feminino, ao ser comparado com o gênero masculino, apresentou maior pontuação média por item nos aspectos emocionais, tal dado salienta as reverberações sociais, sobretudo culturais que sinaliza que socialmente o gênero feminino é mais estimulado a compartilhar aspectos emocionais, ao passo que o gênero masculino historicamente é inibido de fazer o mesmo. A literatura citada pelas autoras também sinaliza que o gênero feminino vivencia o processo de ensino-aprendizagem de forma diferente do gênero masculino, verificando-se que cada gênero é submetido a um conjunto de regras diferentes, sendo umas mais rígidas, enquanto outras são mais superficiais, o que colabora para o gênero ser uma variável definidora e importante para a atuação social das pessoas no meio em que forem inseridas.

Saud e Tonelotto (2005) concluem também que meninas são estimuladas durante todo o desenvolvimento vital a lidarem com suas emoções, já os meninos não possuem permissividade social para agirem do mesmo jeito, portanto o gênero se explica como uma variável demarcadora de papéis sociais. A respeito da variável de hiperatividade, observou-se que os meninos apresentaram maior pontuação, isto é, configura-se no gênero que apresentar maior incidência de comportamentos socialmente inadequados, todavia deve-se considerar o

contexto em que tais comportamentos são emitidos, entendendo que o contexto escolar pode ser um ambiente estressor por ser um espaço de muitas mudanças para os indivíduos inseridos nele e, portanto, pode favorecer que comportamentos inadequados sejam favorecidos.

Por fim, as autoras relatam que ambos os gêneros apresentaram pontuação expressiva na variável de problemas de conduta, entretanto destaca-se que o gênero masculino ainda assim apresentou maior pontuação nessa variável, ao considerar os resultados normais observados da análise.

Diante do exposto, Carloto (2001) nos convida a refletir sobre como os gêneros incluem uma distribuição de responsabilidades completamente desiguais na produção social da existência. Levando em consideração o que as autoras discutiram sobre as habilidades sociais, mostrando que meninos são geralmente mais “problemáticos” que meninas, podemos inferir que os meninos são responsáveis pela manutenção de sua existência e identidade baseado em uma diferença biológica que, arbitrariamente, foi sendo entendida como natural, afinal “homem não chora”, “homem tem que ser bruto”, “seja macho”. Nessa mesma linha, as meninas, com menores índices de comportamentos inadequados, nos fazem refletir sobre como há uma permissividade significativa em relação aos comportamentos dos meninos, afinal as mesmas devem sempre seguir regras rígidas.

4.5 Saúde e gênero

Por fim, traremos a última discussão que fala da saúde como elemento que também demonstra uma diferenciação entre os gêneros no que se refere à sua concepção.

Rocha e Sarriera (2006) investigaram como professores, de ambos os gêneros, observavam sua saúde geral. Os resultados observaram que as variáveis de horas de trabalho, sexo e prática religiosa corroboravam com o aumento ou diminuição dos níveis de saúde dos professores inseridos no contexto do ensino superior. Sendo assim, torna-se importante que seja repensando socialmente, a partir de um recorte de gênero, como os professores e professoras lidam com suas conquistas importantes e que, sobretudo como o gênero feminino vivencia tais conquistas como indicativo de saúde e desenvolvimento. As mulheres, por meio de **um** comparativo com a saúde dos homens, relataram que visualizaram sua saúde de forma distorcida e mais prejudicada pelos fatores socioculturais, verificando que se apresentam mais estressadas e também desenvolvem mais distúrbios psicossomáticos. Nesse sentido chamamos atenção sobre como esses dados conversam diretamente com o que fora elencado anteriormente por Saud e Tonelotto (2005) acerca dos aspectos emocionais.

Nessa pesquisa há ainda o apontamento que mostra que diante das alterações sociais do que se entende enquanto tarefa feminina e tarefa masculina, ainda assim no núcleo familiar a maioria das tarefas são assumidas pela mulher, o que potencializa sua jornada, tornando-a dupla e, por conseguinte, diminuindo seus níveis de saúde. Todavia, as participantes do estudo possuíam um perfil de professoras universitárias, espaço ocupado a partir de muitas renúncias e que por isso teriam condições mais favoráveis de se dedicarem as suas funções profissionais, sobretudo por não estarem casadas e/ou terem filhos, colaborando assim para sua qualificação profissional.

Nesse trabalho ficou evidente que os níveis de saúde dessas mulheres encontravam-se diante das renúncias das mesmas de muitas vivências pessoais e que somente assim se tornava possível se dedicar as atividades que a docência exigia. É importante salientar que as mulheres continuam se sacrificando nos mais diversos âmbitos, devido à ausência de colaboração social do gênero masculino:

Isso nos revela que a mulher, para atingir esse patamar de status – docente universitária – sacrifica, muitas vezes, sua vida pessoal a fim de conquistar um espaço profissional que até há pouco tempo era um reduto masculino. (ROCHA; SARRIERA, 2016, p. 191).

As autoras trazem ainda que foi observado que o ambiente de trabalho era uma variável muito importante para entender e explicar os níveis de saúde dos público-alvo observado, constatando tratava-se de uma variável que de fato contribuía para menos níveis de saúde geral dos participantes, diante do aumento da carga horária de trabalho dos mesmos. Em relação a prática religiosa enquanto uma variável correlacionada com níveis de saúde, o estudo apontou que os participantes praticantes religiosos apresentam menores níveis de saúde, quando comparado com aqueles que não praticavam nenhuma religião.

No mais, é interessante fechar essa discussão com a dicotomia saúde-doença dentro do recorte da diversidade de gênero, pois, quando falamos de inclusão de deficientes, quando problematizamos os modos de se relacionar, de enfrentamento do bullying, de formar profissionais sensíveis ao tema, nós estamos falando, no geral, de saúde. Estamos tratando da manutenção do bem-estar social. Fundamentando essa lógica, Ferraz e Kraiczky (2010, p.72) no trazem que:

Ao atribuir significados para a diferença sexual, categorizando e valorizando diferentemente atributos femininos e masculinos, as mais diversas culturas e sociedades transformam a diferença sexual em desigualdades que se expressarão em todas dimensões da existência humana, inclusive nos modos de adoecer e morrer.

Assim, falar de diversidades sexuais e de gêneros, inclui necessariamente falar de como esta população se encontra vulnerável e está submetida à preconceitos institucionalizados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar as diversidades sexuais e de gênero foi um trabalho que envolveu um grande processo de desconstrução e reconstrução de vários conceitos já cristalizados. Butler (2013) nos deixou avisadas que esses conceitos não são estáticos, então porque nosso entendimento acerca deles seria?

O presente trabalho nos levou a algumas respostas diante do questionamento norteador escolhido: O que a revista da ABRAPEE já publicou desde sua fundação sobre a temática das diversidades sexuais e de gênero? Buscar responder esse questionamento pareceu inicialmente um simples levantamento de dados, entretanto, ao final posso afirmar que essa produção trouxe mais inquietações do que respostas prontas.

Início trazendo um dado que saltou desde a primeira sistematização dos artigos feita, que foi o fato de que esses trabalhos começaram a aparecer somente em 2004, demonstrando que não havia interesse da comunidade científica em publicar estudos da área em uma das maiores revistas de Psicologia Escolar e Educacional do país. Nessa direção, identifiquei também a forma de pesquisa mais utilizada, que foi a pesquisa quantitativa. Esse método de pesquisa tem grande relevância em qualquer ciência, mas cabe o destaque de que esta metodologia possui sérias limitações, como o fato de que os resultados podem ser limitados a análises estatísticas, podem ter problemas de validade e confiabilidade como nos traz Porto (2011).

Outro dado importante coletado foi o fato de que entre os anos de 1996 até 2019, a revista publicou o quantitativo de 671 artigos sobre os mais variados temas e esse número foi distribuído entre edições que eram lançadas, em média, até 2 ou 3 por ano. Trouxe esse número no sentido de ilustrar a escassez de publicações voltadas as diversidades, que como foram discutidas nessa pesquisa, se trataram apenas de 14.

Ainda falando sobre escassez, destaco a falta de produções no Nordeste do país, que é de onde falo. No levantamento se evidenciou somente uma produção em Sergipe, que foi a de Sousa, Silva e Faro (2015). É digno de reflexão os motivos pelos quais as produções se concentram no sul e sudeste do país.

Muitos estudos trouxeram a asserção de que existe o problema de enfrentamento das diversidades dentro do ambiente escolar, mas nenhum demonstrou de fato como enfrentar esses problemas. Em termos de ações efetivas, os trabalhos deixaram a desejar, como também não foi encontrado trabalhos que se propusessem a ouvir os alunos e alunas sobre como

enfrentam essas violências no contexto escolar. Dito isso, questiono sobre o que faremos diante desse problema.

Uma minoria que sempre precisou de um olhar cuidadoso e auxílio para se manter de pé, é a comunidade trans. Quando falo em se manter de pé, falo literalmente em não morrer, em continuar vivo. Nenhum trabalho se voltou a discutir os processos singulares que uma pessoa trans vivência no contexto escolar, como também os índices de evasão etc., cabendo o questionamento: Não há trans na escola?

Desta forma, espero que esse trabalho incomode e sirva de incentivo para que outras pesquisas sejam feitas e publicadas e suas ressonâncias cheguem à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARAGUSUKU, H. A; LOPES, M. **Preconceito, Discriminação e Cidadania LGBT**. ACENO, Vol. 3, N. 5, p. 242-258. Jan. a Jul. de 2016.
- BANDEIRA, C. M; HUTZ, C. S. **Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros**. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá , v. 16, n. 1, p. 35-44, June 2012 .
- BAPTISTA, L. A. **A atriz, o padre e a psicanalista - os amoladores de faca**. *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49
- BRASIL. **Lei n. 13.935 de 11 de Dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Tradução de Carlos Wellington Soares Martins.
- CARLOTO C. M. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. *Serv Soc Rev* 2001; 3(2):201-213.
- CARVALHO, T. O; MARINHO-ARAÚJO, C. M. **Psicologia escolar no Brasil e no Maranhão: percursos históricos e tendências atuais**. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas , v. 13, n. 1, p. 65-73, June 2009.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S.T.M., CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989 p. 58-75.
- CIRIBELLI, C. J. M; RASERA, E. F. **Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 39, e175599, 2019.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP.
- COSTA, K. R. L; MOREIRA, mc. **A construção das identidades sexuais: população lgbtti**. *Cadernos de psicologia, Juiz de Fora*, v. 1 , n. 2, p. 51-69, ago./dez. 2019. – ISSN 2674-9483
- CROCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e sociedade**. *Temas em Psicologia*, n.3, p. 4770, 1996.
- FERRAZ D.; KRAICZYK J. **Gênero e políticas públicas de saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS**. *Revista de Psicologia da UNESP* 2010; 9(1):70-82.
- FERREIRA, N. **As pesquisas denominadas “Estado da arte”**. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.
- FOLKMAN, S.; LAZARUS, R.S. **Uma análise do enfrentamento em uma amostra comunitária de meia-idade**. *Jornal de Saúde e Comportamento Social* , 21 , 219-239, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa /Paulo Freire.** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças/Jimena Furlani .** -- Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GALVÃO, P. ; CARVALHO, T. O; MATOS, D. C. **Psicologia Escolar no Maranhão: História da Formação e Tendências Atuais para Atuação.** *Psicol. Ensino & Form.*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 16-31, jun. 2017.

GESSER, M. et al. **Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade.** *Psicol. Esc. Educ.* , Maringá, v. 16, n. 2, pág. 229-236, dezembro de 2012.

GOMES, J. C. S. et al. **Gênero, diversidade sexual e lgbtfobia na escola.** IV Congresso Nacional de Educação. 2018.

LEÃO, A. M. DE C.; RIBEIRO, P. R. M. (2007). **A orientação sexual no contexto inclusivo: um estudo teórico.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 127-135, 2019.

LOURO, G. L. **Corpo, escola e identidade.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76 jul/dez. 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista/ Guarcira Lopes Louro.** 16. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.

MAGALHAES, M. et al . **Cyberbullying e comunicação de teor homofóbico na adolescência: estudo exploratório das suas relações.** *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá , v. 23, e195825, 2019.

MARCON, A. N; PRUDÊNCIO, L. E. V; GESSER, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. *Psicol. esc. educ* ; 20(2): 291-302, mai.-ago. 2016.

MENEZES, M. S. et al. **Homofobia na escola: desafios e enfrentamentos – Conferência internacional de estudos Queer.** 2018.

MICHELS, E.; MOTT, L.; P. **Grupo gay da bahia – ggb. Mortes violentas de lgbt+ no brasil - relatório 2018.** Acesso em <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>

MIRIM, L. Y. L. **Garimpendo sentidos em bases de dados.** In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** Cortez: São Paulo, 2013.

NEVES, A. L. M et al . **Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense.** *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá , v. 19, n. 2, p. 261-270, Aug. 2015

- PINHEIRO, S. N. S. **Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas.** *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 8, n. 2, pág. 199-206, dezembro de 2004.
- PORTO, G. S. **Pesquisa quantitativa.** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em: 18 set. 2011.
- RIBEIRO, I. M. **Intersecções em Psicologia Social: raça/etnia, gênero e sexualidades/** Hidelberto Vieira Martins et al. Florianópolis, Edições Bosque e ABRAPSO Editora, 2015.
- ROCHA, K. B; SARRIERA, J. C. **Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho.** *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 187-196, Dec. 2006.
- ROTHER E. T. **Revisão sistemática x revisão narrativa.** *Acta Paul Enferm.* 2007 abr-jun; 20(2):v-vi.
- SANTOS, H. M. **Gênero na Psicologia: articulações e discussões/** org. por Darlane Silva Vieira Andrade e Helena Miranda dos Santos. – Salvador: CRP-03, 2013.
- SANTOS, S. D. M; PARANAHYBA, J. C. B. **Sexualidade e gênero(s): debates e desafios no estágio de licenciatura em psicologia.** *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 83-91, Apr. 2018.
- SAUD, L. F; TONELOTTO, J. M. F. **Comportamento social na escola: diferenças entre gêneros e séries.** *Psicol. esc. educ.*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 47-57, jun. 2005.
- SAVAZZONI, S. A. **Preconceito, racismo e discriminação.** *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, v. 12, n. 12, 2015.
- SAVOIA, M. G; SANTANA, P. R; MEJIAS, N. P. **Adaptação do inventário de Estratégias de Coping¹ de Folkman e Lazarus para o português.** *Psicol. USP*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 183-201, 1996.
- SILVA, F. J. da C.; CARVALHO, M. E. P. de. **O estado da arte de pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução.** In: Rede feminista norte e nordeste de estudos e pesquisa sobre a mulher e relações gênero: perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas, 18, 2014. Recife. Anais. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.
- SOARES, ZP; MONTEIRO, SS. **Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios.** *Educ. rev.*, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 287-305, fev. 2019.
- SOUZA, J. M; SILVA, J. P; FARO, A. **Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas.** *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 289-298, Aug. 2015.
- ZAIA, P., Oliveira, K. da S., & Nakano, T. de C. **Análise dos Processos Éticos Publicados no Jornal do Conselho Federal de Psicologia.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(1), 8-21, 2018.